



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**ESTRATÉGIA DE PREPARAÇÃO, RESPOSTA E
RECUPERAÇÃO DO SECTOR DE EDUCAÇÃO EM
SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA**
(2021-2029)

Versão final

MINEDH, Setembro 2021



Prefácio

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) lança o presente Plano Estratégico de Preparação, Resposta e Recuperação do Sector de Educação em Situações de Emergência (EeE) que se integra no Plano Estratégico da Educação (PEE) para o período 2020 a 2029.

A presente Estratégia foi elaborada pelo Grupo de Coordenação de EeE por recomendação do Conselho Técnico do MINEDH e consubstancia-se na Estratégia de Resposta e Recuperação Antecipada, 2019-2020 produzida na sequência da devastação causada pelos Ciclones Idai e Kenneth.

Desde o final de março de 2020, as escolas foram encerradas por causa da pandemia da COVID 19 afectando cerca de 8,5 milhões de crianças que ficaram privadas de à escola, causando graves problemas para a continuidade da educação já que a maioria das crianças não tem acesso à internet, rádio ou TV em casa. Embora as escolas tenham sido reabertas a partir de 19 de março de 2021, por causa das medidas para a contenção da propagação da COVID 19, levam a que nem todas as crianças possam ir simultaneamente à escola necessitando ainda do apoio dado via educação a distância. Para continuar os serviços da educação o MINEDH tem vindo a fazer um grande esforço, fornecendo orientações aos professores que utilizam fichas e outros meios para apoiar e acompanhar os alunos. Em Cabo Delgado a situação é ainda pior, devido à acção terrorista que fez com que mais de 847,000 pessoas se tenham deslocado para outros locais mais seguros tanto em Cabo Delgado, como nas províncias de Nampula, Niassa, e Zambézia, fugindo do conflito. Destas, mais de de 48% (408,658) são crianças. O MINEDH em colaboração com os parceiros está a organizar espaços temporários de aprendizagem e tem vindo a integrar as crianças deslocadas nas escolas existentes sempre que possível.

Os efeitos dos desastres naturais com a magnitude dos ciclones Idai e Kenneth e mais recentemente do Eloise, que afectou 172,445 crianças, continuarão no futuro próximo a ter um impacto negativo sobre o acesso e a qualidade da educação no país, se o Governo e os parceiros não se prepararem adequadamente para responder rapidamente a situações de emergência com acções coordenadas para o restabelecimento dos serviços de educação para todas as crianças e professores nas áreas afectadas. Este plano também contém estratégias para preparar e responder melhor à violência e pandemias.

Neste sentido, esta Estratégia tem por objectivo assegurar a continuidade da educação de qualidade e segura em situações de emergência em todo o país. A estratégia visa também estabelecer uma abordagem harmonizada, reforçando a coordenação entre todos os actores envolvidos, sob a liderança do MINEDH com o apoio de parceiros nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil e as comunidades. A meta desta Estratégia é garantir que até 2029 todas as meninas e meninos em idade escolar afectados por qualquer situação de emergência tenham acesso a educação inclusiva, segura e da qualidade. Para o efeito, a estratégia estabelece cinco objectivos estratégicos para a melhoria do acesso ao ensino, melhoria da sua qualidade, fortalecimento dos sistemas e processos internos, fortalecimento da capacidade institucional e apoio financeiro.

Promove também padrões de construção de infraestruturas mais resilientes e princípios de antecipação, preparação, coordenação entre os parceiros e responsabilidade para as pessoas afectadas, assegurando maiores níveis de eficácia e eficiência na implementação de programas e projectos.

Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano

Dra Carmelita Rita Namashulua

Lista de Siglas e Acrónimos

AP	Apoio Psicossocial
ANPD	Avaliação de Necessidades Pós-Desastre
ASH	Água, Saneamento e Higiene
DIEE	Departamento de Infraestrutura Escolar e Equipamento Escolares
DPE	Direcção Provincial da Educação
CE	Conselho de Escola
CEGRC	Comité Escolar de Gestão de Riscos de Calamidades
EeE	Educação em Emergência
EHP	Equipa Humanitária do País
ENPE	Educação não Pode Esperar
GCEeE	Grupo de Coordenação de Educação em Emergência
ETA	Espaço Temporário de Aprendizagem
GLE	Grupo Local de Educação
GNUCAH	Gabinete de Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
GIC	Grupo Intersectorial de Coordenação
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INEE	Rede Inter-Institucional de Educação em Situação de Emergência
INGD	Instituto Nacional da Gestão de Desastres
MdA	Memorando de Atendimento
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MISAU	Ministério da Saúde
MEPT	Movimento de Educação Para Todos
MRR	Mecanismo de Reclamações e Respostas
OIM	Organização Internacional de Migração
ONU	Organização de Nações Unidas
PEAS	Prevenção de Exploração e Abuso Sexual
PEBE	Plano Escolar Básico de Emergência
PEE	Plano Estratégico da Educação
PID	Pessoa Internamente Deslocada
PMA	Programa Mundial da Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREPOC	Programa de Reconstrução e Recuperação Pós Ciclones
RRD	Redução de Riscos de Desastre
RDS	Revisão de Dados Secundários
SAT	Salas de Aula Temporárias
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SIGE	Sistema de Gestão de Informação
VCC	Violência Contra Criança
VBG	Violência Basada no Género
ZIP	Zona da Influência Pedagógica

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
FASE I – Primeira Resposta (primeiros 3 meses após a emergência)	5
FASE II – Recuperação Inicial (4º mês até um ano após a emergência)	6
FASE III- Preparação (contínua) e Recuperação de Longo Prazo (entre 2 e 10 anos)	7
2. CONTEXTO	9
2.1 Desastres Naturais e Mudanças Climáticas	9
2.2 Insegurança e Gestão de Conflitos	10
2.3 Emergências de Saúde e Doenças Pandêmicas	12
3. VISÃO	12
4. MISSÃO	13
5. ANÁLISE SWOT	13
6. META ESTRATÉGICA	14
7. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	14
8. MAPA ESTRATÉGICO	15
9. FOCO GEOGRÁFICO E GRUPO ALVO	18
10. MONITORIA E AVALIAÇÃO	19
11. ASSUNTOS TRANSVERSAIS	20
12. PAPEIS E RESPONSABILIDADES	21
13. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO	22
14. ALINHAMENTO	23
15. ANEXOS	25

1. INTRODUÇÃO

A estratégia de preparação, resposta e recuperação do sector de educação em situações de emergência é um instrumento orientador norteado com o objectivo geral de garantir que todos, meninas e meninos em idade escolar, dos 6 a 18 anos, e afectados por desastre naturais e outros, continuem a ter acesso à educação inclusiva, segura e de qualidade. Tendo em conta que:

- A educação é um direito fundamental de todo o cidadão.
- A educação é uma componente importante do processo de planeamento e implementação da resposta humanitária, que vai além da assistência e ajudas imediatas. A resposta humanitária é descrita como um processo contínuo, envolvendo a prevenção e mitigação dos efeitos de desastres e a resposta à emergência que se estende ao período de recuperação pós-crise.¹
- A educação em emergências fornece protecção física e psicossocial imediata, além de conhecimentos e habilidades para salvar vidas (por exemplo, no que diz respeito à prevenção de doenças, autoprotecção e consciencialização para direitos).
- Desastres naturais, pandemias e conflitos, além dos consequentes deslocamentos internos e transfronteiriços, podem criar mais barreiras e desigualdade sobretudo para as raparigas e grupos mais vulneráveis, e deixar gerações inteiras traumatizadas, sem acesso à educação e despreparadas para contribuir para a recuperação social e económica do país.

Neste sentido, a estratégia procura assegurar uma resposta efectiva e a manutenção da prontidão de resposta a situações de Emergência previsíveis, assegurando uma preparação adequada de todas as autoridades do sector público e privado, bem como as comunidades, através da mobilização, comunicação e estímulo à participação de todos na adoção de medidas de redução de risco. A presente Estratégia para a Preparação, Resposta e Recuperação, 2020-2029, toma em consideração factores naturais (climáticos e de outra índole), humanos e materiais no desenvolvimento de acções para a redução das vulnerabilidades e riscos, decorrendo a sua operacionalização nas seguintes 3 fases:

FASE I – Primeira Resposta (primeiros 3 meses após a emergência)

Constituem prioridade as seguintes acções nesta fase:

- Recolher de dados sobre as áreas, alunos, professores, infraestruturas e populações afectados, incluindo raparigas e grupos mais vulneráveis e as necessidades específicas de cada um, para uma resposta mais eficaz;
- Incentivar a participação e envolver as populações afectadas em todas as fases da resposta;
- Elaboração de um plano orçamentado de resposta imediata;
- Adotar, sempre que necessário, de uma abordagem de atendimento aos alunos em salas provisórias com o uso de tendas que pode durar 6 a 12 meses com intervenção e manutenção da comunidade local;
- Mobilizar os doadores para apoio técnico e financeiro à resposta inicial;

¹ INEE, Requisitos mínimos para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução, 2010, página 7

- Ver o grau de afectação das infraestruturas para evitar pôr em risco às pessoas. Eliminar todos os elementos perigosos (chapas meio soltas, vidros partidos, etc). Avaliar a possibilidade de retomar as aulas nas infraestruturas existentes. Caso não seja possível, instalar salas de aulas temporárias.
- Instalar as salas de aula temporárias (SAT) incluído umas instalações sanitárias, embora sejam básicas/precárias;
- Destacar serviços de educação provinciais e distritais de professores para essas SAT;
- Fornecer os *kits* de aprendizagem e recreativos para os alunos e ‘escola-numa-caixa’ para as escolas e os professores;
- Disponibilizar e distribuir os kits de higiene pessoal e higiene menstrual para as meninas;
- Disponibilizar e distribuir os meios de compensação para crianças com deficiências;
- Implementar o programa de alimentação e nutrição escolar imediato e temporário para as áreas, escolas e comunidades afectadas;
- Estabelecer os mecanismos para garantir que a aprendizagem seja retomada com a maior brevidade possível para todos os alunos e a todos os níveis de ensino incluindo a eliminação de todas as barreiras à frequência das aulas, como a falta de documentos;
- Continuar dar formação de formadores e professores em materiais de Apoio Psicossocial (AP) e da maneira rápida assegurando que os formadores/professores apoiem os alunos neste domínio nas áreas afectadas;
- Nestas formações sobre AP, os assuntos de Violência Contra Crianças (VCC), Violência Baseada no Género (VBG) e Prevenção de Exploração e Abuso Sexual (PEAS) são integrados;
- Promover a defesa dos direitos da criança, através da divulgação de mensagens e mecanismo de protecção, particularmente no que diz respeito ao combate à violência e abuso sexual de menores;
- Reactivar ou estabelecer os Grupos de Coordenação de EeE (GCEeE) a nível nacional e subnacional, incluindo a gestão da informação.

FASE II – Recuperação Inicial (4º mês até um ano após a emergência)

Constituem prioridade as seguintes acções nesta fase:

- Finalizar e actualizar um plano operacional de EeE de um ano incluído orçamento e apresentar os fundos disponíveis ao conselho técnico e consultivo do MINEDH para a sua aprovação;
- Planificar e assegurar que todas as escolas tenham acesso a água, incluído melhorar e manter as instalações de Água, Saneamento e Higiene (ASH) e na base de princípios de reconstrução e manutenção resiliente;
- Elaborar com a DIEE um plano de manutenção da infraestrutura escolar e com a DAT coordenar a manutenção pelas DPE e SDEJT de salas de aula temporárias e espaços de aprendizagem;
- Reparar as salas de aula, escolas e sanitários/latrinas afectadas e destruídas na base de critérios estabelecidos da prioridade e princípios de reconstrução resiliente por DIEE; incluído reparar as instalações de Água, Saneamento e Higiene (ASH)
- Continuar a disponibilizar professores para as SAT por parte do MINEDH, Direcção da Província de Educação (DPE) e Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT);
- Continuar o fornecimento de *kits* de aprendizagem e recreativos para os alunos e as ‘escola-num-caixa’ para as escolas e os professores, quando necessário;

- Continuar a distribuição de *kits* de higiene menstrual para as meninas;
- Continuar a distribuição de *kits* de higiene pessoal e armazenamento
- Na base de avaliação de necessidades, fornecer livros didáticos e manuais do professor de Português e Matemática para a 1ª-3ª classes, nas áreas afectadas e outros materiais necessários para ensino secundário e vocacional e profissional (incluindo a impressão e distribuição de materiais em falta);
- Continuar a implementar um programa de alimentação e nutrição escolar para as escolas e comunidades afectadas, com base nos resultados da avaliação e fundos disponíveis a ser continuado, adaptado ou terminado;
- Garantir acções de saúde escolar (particularmente as mais relevantes em situação de emergência);
- Garantir que todas as crianças e estudantes continuem a participar das aulas, recebendo um ensino inclusivo e de qualidade e sendo bem preparados para os seus exames;
- Promover treinamento sobre RRD para a equipa de educação, coordenadores de ZIP, gestores escolares, professores em EeE, RRD, incluindo para os Conselhos de Escola (CE);
- Continuar com o treinamento de formadores e professores sobre Apoio Psicossocial (AP)
- Imprimir e distribuir os manuais de AP e Plano Escolar Básico de Emergência (PEBE) nas escolas e Institutos de Formação de Professores Primário (IFPs) devastados pelas calamidades. A distribuição e preenchimento destes documentos deveria ser previa à ocorrência da calamidade. As DPEs deviam garantir que cada escola tem seu PEBE preenchido e os alunos/professores sabem o que fazer em caso de ocorrência;
- Continuar a implementar um mecanismo multisectoral, claro e credível para a prevenção, denuncia, encaminhamento e resposta a casos de violência e abuso sexual da crianças nas escolas incluindo assistência às vítimas;
- Garantir o uso adequado do manual de AP na planificação e realização das actividades de ensino e aprendizagem
- Continuar com a assistência de AP para as crianças necessitadas;
- Continuar a promover o apoio e envolvimento activo dos doadores na recuperação do sector;
- Continuar o apoio a gestão logística de armazéns provinciais e distritais garantindo quantidades suficientes de materiais escolar nos armazéns provinciais e distritais:
- Estabelecer um sistema de monitoria para acelerar e melhorar a eficiência e eficácia de actividades. Deve ser estabelecido uma abordagem da monitoria na base de tempo real e na base de visitas ao campo para verificar os dados e dar orientações a gestão de EeE nas províncias e distritos.

FASE III- Preparação (contínua) e Recuperação de Longo Prazo (entre 2 e 10 anos)

Constituem prioridade as seguintes acções nesta fase:

- Continuar a actualizar o plano operacional de EeE de medio prazo (3 anos) e apresentar este plano a conselho Técnico e Consultivo do MINEDH para a sua aprovação
- Continuar a reabilitar e reconstruir ou realocar escolas, salas de aula e outras infraestruturas escolares afectadas ou destruídas (como blocos administrativos e as instalações sanitárias e água)

baseado no envolvimento da comunidade, necessidades e prioridades da Província e dos SDEJT e no princípio de ‘reconstruir melhor’;

- Assegurar a manutenção e inclusão de facilidades de ASH nas infraestruturas;
- Formar os directores das escolas, os professores e a comunidade sobre a manutenção das infraestruturas e gestão da manutenção dos materiais ensino-aprendizagem;
- Retirar/remover e armazenar correctamente para novas situações as salas de aula temporárias onde as salas de aula tiverem sido reabilitadas ou manter o uso como centro comunitário
- Continuar a manter as novas salas de aula e outra infraestrutura escolar;
- Continuar a fornecer livros didácticos e manuais de professores em função das necessidades;
- Continuar o aprimorar a gestão do armazenamento assegurando suficientes quantidades de materiais de ensino e aprendizagem nos armazéns provinciais e distritais e a entrega atempada de quantidades adequadas às escolas na base de necessidades;
- Reforçar a educação sobre prevenção e preparação para pandemias, saúde, nutrição saudável e educação para paz e resolução de conflitos através do currículo nacional e da formação inicial e contínua dos professores;
- Garantir uma quantidade de materiais de ensino e aprendizagem adequada, armazenado e distribuído para todos os alunos;
- Assegurar que cada escola tenha um Comité Escolar de Gestão de Risco de Calamidades (CEGRC) capacitado e Plano Escolar Básico de Emergência devidamente actualizado e aplicado;
- Garantir a realização de actividades inclusivas de preparação para desastres de calamidades inclusivas nas escolas e RRD, incluindo mensagens sobre o perigo de efeitos colaterais como uniões prematuros, trabalho infantil, ou exploração e abusos sexuais e a necessidade de medidas fortes de protecção das crianças;
- Integrar a formação e os materiais sobre EeE (incluindo a RRD) e AP na formação inicial e contínua de MINEDH;
- Gestores, Professores e /ou coordenadores de Zonas da Influência Pedagógica (ZIPs) proporcionam apoio e orientações sobre AP, EeE e RRD aos CE;
- Recolher lições aprendidas das fases 1, 2 e 3 para ser integradas nos novos planos estratégicos:
- Organizar avaliações anuais utilizando o sistema de monitoria na base de tempo real, visitas de monitoria ao campo e experiências reais de pais, professores e alunos.

Portanto, a EeE de longo prazo considera o envolvimento do governo, da sociedade civil dos parceiros de cooperação e todas as partes interessadas na redução de risco de desastres, educação para a paz, adaptação a mudanças climáticas, bem como preparação e respostas a outras situações de emergência, fortalecendo as instituições em todos os níveis para garantir que o risco seja mitigado e a educação mantida durante todas as fases, da resposta à emergência até a recuperação.

2. CONTEXTO

2.1 Desastres Naturais e Mudanças Climáticas

Moçambique é um país vulnerável a desastres naturais e as condições climáticas extremas que, sendo externas ao sector da Educação acabam por afectar severamente e a exigir medidas de prevenção e resposta adequadas².

O aumento da frequência e intensidade de desastres tem causado danos catastróficos especialmente para os grupos mais vulneráveis, vivendo em condições precárias. A educação tem sido um dos sectores mais afectados pelo impacto negativo dos desastres naturais e pandemias. Devido a estas vicissitudes, torna-se importante assegurar uma coordenação interinstitucional de qualidade e elevados níveis de integração para maximizar o uso de recursos.

O Instituto Nacional da Gestão de Desastres (INGD) coordena todas respostas a emergências com o MINEDH e no caso de pandemias com o Ministério da Saúde (MISAU) que possuem os mandatos para a gestão de calamidades ou uma pandemia. O INGD colabora também com as Organizações das Nações Unidas (UNO) e Gabinete de Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (GNUCAH), promovendo intercâmbio de encontros e troca de dados entre as ONU e o INGD. O INGD produz anualmente o Plano de Contingência que destaca as maiores ameaças e estratégias de mitigação por sector. Os planos anuais de contingência servem de base de planos anuais e operacionais de preparação, resposta e recuperação no sector da educação. Quando ocorrem novas emergências causadas por desastres naturais, o INGD informa o Governo sobre as implicações e a necessidade de fazer mais avaliações, adaptar os planos de contingência e respostas nacionais, sectoriais e operacionais anuais. Por exemplo, no período de cheias em Outubro de 2019 a Janeiro de 2020, o MINEDH divulgou que 1168 salas de aula foram afectadas³. Por causa de COVID 19, 8,5 milhões de alunos foram afectados.

As vulnerabilidades aos desastres em Moçambique resultam dos seguintes factores⁴: (i) sua localização à jusante de nove rios internacionais; (ii) a existência de zonas áridas e semiáridas; (iii) a longa extensão do território nacional localizada na zona de convergência intertropical, sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade; (iv) a extensa zona costeira que sofre a influência de depressões e ciclones tropicais e a existência de zonas sísmicas activas e (v) por causa de pandemia, todo o país ser afectado.

A vulnerabilidade é também causada por factores climáticos, humanos e materiais⁵ como por exemplo:

- O incremento da frequência e intensidade de eventos extremos como resultado do aquecimento global e das mudanças climáticas;
- A fraca implementação sistemática de medidas estruturais e não estruturais críticas de redução de risco de desastres;

² MINEDH, Plano Estratégico da Educação, 2020 -2029, *Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade* Esboço 3, Maio, 2020, página 53

³ MINEDH, Apresentação para Conselho Consultivo, 5 de fevereiro 2020

⁴ INGC, Plano Anual de Contingência, 2019-2020

⁵ INGC, Plano Anual de Contingência, 2019-2020, 29 de Outubro 2019, página 21

- A fraca capacidade institucional de prontidão, resposta e rápida recuperação pós emergências especialmente quando os eventos ocorrem simultaneamente em diferentes locais;
- A existência de pelo menos 66 novos bairros de reassentamento com cerca de 80 mil pessoas vivendo em abrigos temporários;
- A existência de infraestruturas em estado crítico e não resilientes nas zonas de elevado risco de desastres;
- A existência de assentamentos humanos informais em zonas de risco;
- A ocupação das zonas de risco sem consideração das medidas estruturais de redução de risco e incremento da resiliência;
- A fraca capacidade institucional para garantir aplicação das leis e políticas referentes ao planeamento físico e ordenamento territorial resultando na ocupação massiva e desordenada das zonas de risco;
- A insuficiência de infraestruturas hidráulicas para a regulação dos caudais dos rios;
- A fraca capacidade do país para a manutenção de diques de protecção;
- A inexistência ou deficiente funcionamento de sistemas de escoamento das águas pluviais e residuais;
- A deposição de resíduos sólidos nas valas de drenagem e deficiente limpeza das mesmas.
- As acções dos malfeitores que aterrorizam as comunidades dos distritos das zonas norte e centro da Província de Cabo Delgado (Mocímboa da Praia, Palma, Macomia, Nangade, Quissanga, Ibo, Meluco, Muidumbe e Mueda), resultaram na vandalização de escolas e causaram que estas escolas foram abandonadas;
- O INGD refere que 857,084 pessoas (411,916 crianças) são deslocadas internamente⁶.

Em caso de cheias e ciclones, o sector da Educação é afectado pela destruição de salas de aulas privando os alunos de continuar com o curso normal das aulas. Dada a tipologia das salas de aulas (material convencional, misto, local), o sector da educação apresenta algumas fragilidades para lidar com eventos de cheias, ciclones e ventos. Por forma a garantir a continuidade das aulas em zonas afectadas por estes eventos, são normalmente necessárias, salas de aula temporárias/tendas escola, material básico para os alunos, professores e equipamentos escolar⁷, fundos adequados e uma logística profissional incluído processos de aquisição rápida de materiais, transporte, armazenamento e contratação de empresas para a reabilitação e fiscalização de obras. No caso de pandemias, kits de higiene pessoal e desinfeção de escolas são também importantes.

2.2 Insegurança e Gestão de Conflitos

Países afectados por conflitos em particular armado estão entre os mais distantes das metas da cimeira de Dakar, de Educação para Todos, de que Moçambique é signatário, tornando de difícil alcance o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4(ODS-4). A crise de insegurança para além de estratégias para lidar com a imigração, a pobreza e efeitos sobre as infraestruturas económicas, é também um desafio para a Educação que exige resposta estratégica do Governo e seus parceiros. Dentre os impactos gerados na Educação, podemos citar:

⁶ INGD, COE, 4 de agosto 2021

⁷ INGD, Plano Anual de Contingência, 2019-2020, 29 de outubro 2019, página 54

1. Milhares de crianças ver-se obrigados a abandonar a escola;
2. Milhares de crianças são mais propensas à desnutrição;
3. Milhares de jovens e adultos são mais propensos ao analfabetismo;
4. Agravam-se as vulnerabilidades das raparigas e meninas a violência e dos grupos mais vulneráveis (crianças com deficiência, órfãos por exemplo) para o acesso a educação;

Prevenção de conflitos

O sistema de educação deve ser orientado para reforçar a superação de preconceitos e intolerância entre grupos étnicos e cidadãos, através de um currículo que promova os direitos humanos e a educação para a paz, respeito e tolerância. O sector da educação deverá afectar mais recursos para as camadas mais desfavorecidas promovendo a qualidade de ensino em zonas desfavorecidas, tornando educação num meio para superação da pobreza e das desigualdades sociais. O governo deverá recorrer sempre que necessário aos parceiros para reforçar a educação para construção e manutenção da paz.

Resposta durante conflitos

Quando uma determinada região for afectada por um conflito seja de qualquer natureza, o sistema de ensino deve se preparar para experimentar e responder com eficácia um fluxo migratório de professores, alunos e alunas para locais mais seguros. Esse movimento migratório deve ser acompanhado por um esforço para garantir o acesso a educação em campos de refugiados e centros ou escolas de acolhimento. Seja importante ter planos multi-sectorais na base de avaliação de necessidades para acomodar as famílias e alunos deslocados e realizar os seus direitos à educação e protecção.

Recuperação Pós-Conflito

O processo de recuperação pós-conflito exige novamente uma colaboração inter-sectorial, envolvendo todos os parceiros do Governo e a Sociedade Civil. Todo o sistema educacional precisa colaborar buscando sobretudo, promover ambientes saudáveis e seguros para meninas e meninos nas escolas, consciencialização sobre zonas de riscos e apoio psicossocial para toda a população. A recuperação pós-conflito no sector da educação deve estar alinhada ao plano do desenvolvimento social e económico e à reforma do sector público e dos mercados de trabalho. Devendo destacar os seguintes aspectos:

- a) Capacitação, incentivo à participação e coordenação entre comunidades, professores, alunas e alunos, autoridades locais e outras partes interessadas nas orientações sobre educação para construção e manutenção da paz
- b) Garantir o retorno seguro de Pessoas Internamente Deslocadas (PIDs), os refugiados e levantar meios e criar oportunidades para que as comunidades, especialmente os jovens, participem no processo de reconstrução da educação;
- c) Garantir que o apoio externo à educação seja direccionado as necessidades das comunidades e da população afectada;
- d) Reconstrução e relocação acelerada de salas de aulas assim como sanitários e sistemas de fornecimento de água às escolas.

2.3 Emergências de Saúde e Doenças Pandémicas

O advento e os efeitos devastadores do COVID-19 a nível global tornaram necessário que o sector da educação (assim como outros sectores económico e social) considerassem seriamente as pandemias como uma emergência e uma ameaça potencial e real à continuidade da provisão normal de serviços de educação. Por exemplo, a pandemia do COVID-19 colocou muitos países em todo o mundo sob tensão económica sem precedentes e interrompeu maioritariamente o fornecimento de educação para bilhões de crianças. Moçambique não foi uma exceção a isso. Para prevenir e combater as pandemias, é preciso adoptar certas medidas em função da exigência da doença. Para o caso da COVID19, visando reduzir a propagação da doença, o MINEDH implementa medidas de distanciamento físico, distribuição de máscaras e informação sobre como prevenir a infecção e transmissão de COVID19 e em cumprimento do decreto presidencial procedeu com o encerramento de todas as escolas em 2020, adoptando um plano de resposta de curto e media prazo que foi rapidamente elaborado, para que as crianças pudessem continuar recebendo aulas através de diferentes plataformas de ensino aprendizagem. Recentemente, foi elaborado um novo plano operacional para 2021, incluindo a reabertura segura das escolas e a necessária melhoria das condições de ASH. Neste plano⁸ o MINEDH apresentou 5 partes que orientaram como as escolas deveriam agir 1) Sensibilização sobre medidas de prevenção e reabertura das escolas 2) Asseguradas as condições de saneamento e distanciamento físico nas escolas 3) Continuidade de aprendizagem 4) Motivação e apoio para retorno as escolas e recuperação dos conteúdos 5) Gestão do programa. Desta forma, diante duma situação pandémica, há sempre necessidade de elaborar um documento orientador visando minorar o impacto propagação da doença, onde dentre os vários motivos o documento deve:

- a) Informar adequadamente aos professores, alunos e a comunidade escolar sobre como prevenir a infecção e transmissão da doença em acção;
- b) Garantir a continuidade do ensino e da aprendizagem por meio da implementação de actividades-chave por modalidade à distância, visando manter o aceso e a qualidade do ensino em meio a pandemia;
- c) Facilitar o retorno seguro à aprendizagem de qualidade e abrangente/inclusivo para professores, alunos e comunidades escolares após a pandemia.

Esta estratégia tomará em consideração este contexto actual do país na formulação dos seus objectivos e as iniciativas sugeridas para responder as emergências assim como na preparação para outros prováveis desastres.

3. VISÃO

Assegurar o funcionamento pleno dos serviços de educação inclusivos e da qualidade em todo o país, mesmo em situações de emergência, garantindo segurança, protecção e o máximo de conforto possível para os alunos (6-18 anos), professores e funcionários, bem como a maior redução de danos possível ao material, equipamento e construções escolares.

⁸ MINEDH, Plano de COVID 19 actualizado, 8-3-21

Manter os serviços de educação inclusivos e da qualidade para todos alunos e alunas em pleno funcionamento, a todo o momento e em todo o país, particularmente, em situações de emergência, garantindo a segurança, protecção e o máximo de conforto possível para as crianças (6-18 anos), professores e funcionários do sector, bem como a maior redução de danos possível ao material, equipamento e construções escolares.

4. MISSÃO

Contribuir para assegurar que, em situações de emergência, o processo de ensino e aprendizagem em moldes escolares funcione nas melhores (possíveis) condições de segurança e conforto para todos os alunos professores e funcionários (e minimizar os danos às instalações e ao equipamento escolar).

Contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência na educação em emergência e ser uma referência na região.

5. ANÁLISE SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Potencial de receitas do sector do gás e sua contribuição para o sector da educação; ✓ Boas parcerias com agências das ONU, Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais, nacionais e Sector Privado; ✓ Doadores interessados na mobilização de fundos para EeE; ✓ Grupo de Coordenação de EeE funcionando bem e com partilha regular de informação; ✓ Existência de regulamentos e normas de qualidade para o sector da Educação; ✓ Existência de programas como ENPE, Parceria Global da Educação (PGE); ✓ Experiência na organização de doadores pelo MINEDH por causa de ciclones em 2019; ✓ Existência da estratégia da resposta, recuperação antecipada de Idai e Kenneth 2019-2020. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Situação instável no norte de país; ✓ Baixa qualidade de ensino; ✓ Infraestruturas escolares inadequadas; apenas uma minoria tem facilidades adequadas de ASH ✓ Fraca capacidade de hospitais para reagir a pandemias por causa da falta de equipamentos e recursos ✓ Fraca capacidade de MINEDH fornecer o acesso a mecanismos de educação à distância. ✓ Exiguidade de fundos internos para preparar para e responder as demandas de EeE (ciclones, insegurança e COVID 19); ✓ Distâncias longas entre DPE, SDEJT e as escolas; acesso difícil às escolas e comunidades; ✓ Fraca capacidade de CE para exercer o seu papel; ✓ Fraca disponibilidade de meios para água, higiene e saneamento nas escolas; ✓ Existência de turmas numerosas em todas as províncias

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atracção de novos investimentos para educação; ✓ Melhoria de infraestruturas escolares na base de normas de resiliência ('reconstruir melhor'); ✓ Desenvolvimento e crescimento rápido do sector de Educação; ✓ Capacitação do pessoal de MINEDH na área de EeE, RRD, gestão de informação e dados. ✓ Fortalecimento da ligação Escola comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pandemias ✓ Ataques armados (Cabo Delgado); ✓ Corrupção; ✓ Insegurança alimentar e nutricional; ✓ Normas sociais prejudiciais e culturais que podem criar barreiras ao acesso à educação, nomeadamente das raparigas; ✓ Retracção do investimento; ✓ Custos altos de formação; ✓ Ocorrência frequentes de desastres naturais

6. META ESTRATÉGICA

Até 2029, garantir que todas meninas e todos meninos em idade escolar afectados por qualquer situação de emergência tenham acesso imediato através de diferentes meios a serviços de educação de qualidade, inclusiva e segura em todo o país.

7. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Objectivo Estratégico 1 (OE1): Assegurar o contínuo acesso ao ensino a meninas e meninos em idade escolar, afectados pela emergência (6-18 anos) em espaços de aprendizagem (reabilitados e/ou temporários), seguros e inclusivos, nas províncias e distritos afectados por desastres.
Objectivo Estratégico 2 (OE2): Manter e melhorar a qualidade do ensino, proporcionado a todas as meninas e meninos em idade escolar (6-18 anos) afectados por situações de emergências, as melhores oportunidades de aprendizagem num ambiente seguro e inclusivo nas províncias e distritos afectados por desastres e ciclones.
Objectivo Estratégico 3 (OE3): Fortalecer os sistemas de gestão, coordenação e informação assim como processos internos e a monitoria e avaliação da EeE, sobretudo ao nível local.
Objectivo Estratégico 4 (OE4): Fortalecer o desenvolvimento da capacidade técnica e institucional do MINEDH/DPEDH/SDEJT, escolas, parceiros e da sociedade civil nacional em EeE para preparar e responder à emergência actual e futura.
Objectivo Estratégico 5 (OE5): Manter e aumentar o apoio financeiro através da orçamentação anual de acções de mitigação financiadas por fundos internos (sector público e privado) e externos incluindo para a preparação das autoridades, professores e funcionários e instalações para situações de emergência

8. MAPA ESTRATÉGICO

Dimensão	Objectivos Estratégicos	Indicador de Desempenho	Meta do Indicador	Iniciativas
Beneficiários (comunidade escolar)	Melhorar o acesso ao ensino (OE1)	Número de SAT estabelecidos com instalações ASH sensíveis ao género;	Pelo menos 90% de escolas afectadas ser fornecidas com SAT	Estabelecer salas de aula temporárias com instalações de ASH sensíveis ao género e incluído fornecimento de água à escola
		Número de menina(o)s em idade escolar (6-18 anos) que frequentam SAT, com instalações de ASH sensíveis ao género (isso inclui latrinas para crianças e professores e um kit de itens básicos de higiene);	100% de meninas e meninos em idade escolar afectados	
		Número de salas de aula, reabilitadas com instalações ASH sensíveis ao género Número de meninas fornecidas com <i>kits</i> de dignidade feminina Kits básicos de higiene	Pelo menos 10% das salas de aula reabilitadas por ano 10% de meninas afectadas Pelo menos 10%	Reabilitar e reconstruir salas de aula, danificadas por desastres com instalações ASH sensíveis ao género; Distribuir kits de dignidade e de higiene
		Número de quadros pretos e giz distribuídos; Número de mesas de professores fornecido; Número de carteiras de alunos e secretárias para os professores fornecido;	100% das escolas afectadas 10% de mesas necessárias por ano Pelo menos 10% de carteiras e secretários por ano	Fornecer equipamentos e móveis básicos para escolas afectadas por ciclones e inundações;
		Número almoços oferecidos a crianças nas áreas afectadas. Número de crianças com acesso as aulas radiofónicas, televisão ou internet	50% das crianças afectadas 10% das crianças afectadas por ano	Proporcionar almoço escolar para crianças nas áreas afectadas. Difusão de aulas radiofónicas e televisivas (ou através internet) para crianças nos distritos afectadas

Dimensão	Objectivos Estratégicos	Indicador de Desempenho	Meta do Indicador	Iniciativas
	Melhorar a qualidade de ensino (OE2)	Número de pacotes de escola ('escola na caixa') distribuídos;	100% das escolas afectadas	Fornecer materiais de aprendizagem e ensino de emergência ('Escola na caixa')
		Número de pacotes de alunos (material escolar) distribuídos	100% de alunos afectados	Fornecer materiais básicos para todos os alunos afectados;
		Número de pacotes recreativos distribuídos	100% de escolas afectadas	Fornecer o pacote recreativo
		Número de formadores e número de professores treinados em EeE	Pelo menos 90% de professores de escolas afectadas	Treinar o pessoal docente em EeE ;
		Número de formadores e número de professores formados em AP e RRD	Pelo menos 90% de professores afectados	Treinar formadores e professores em AP e RRD;
		Número de crianças fornecidas com AP pelos professores e número de Comités Escolar de Gestão de Riscos de Desastres (CEGRD) formados em RRD	50% de alunos afectados 50% de CEGRD formados em RRD	Treinar formadores e professores para fornecer AP aos alunos e RRD aos CEGRD
		Número de livros didáticos fornecidos por disciplina	100%de alunos afectados recebem	Fornecer livros didáticos e manuais de professores para as disciplinas diferentes
	Nº de manuais fornecidos	100% de professores afectados		
		Número de materiais e ferramentas desenvolvidos da qualidade para o ensino a distância e usados pelos alunos	Para todas as escolas afectadas	Fornecer materiais equipamentos do ensino a distância aos professores e alunos
			Cada ano mais alunos incluindo com deficiências tem acesso a estes materiais (específicos)	Expandir o internet, programas de Telescola, radio comunitária, distribuição das fichas, rádios, e melhorar a monitoria do processo de ensino-aprendizagem fora da escola

Dimensão	Objectivos Estratégicos	Indicador de Desempenho	Meta do Indicador	Iniciativas
Processos internos	Fortalecer sistemas e processos internos de coordenação, gestão, monitoria e avaliação da EeE (OE3)	Número de resumos mensais feitos sobre o progresso na preparação, resposta e recuperação de emergências pelos grupos da coordenação de EeE (nível nacional e regional e distrital) Melhorados os sistemas de gestão, coordenação, M&A	Resumos mensais Base de gestão da informação/dados da EeE actualizada	Realizar reuniões de grupos educacionais a nível nacional e subnacional e recolha e análise e apresentação de dados; Estabelecer sistemas de MTR (Monitoria na base de Tempo Real)
Processo de Aprendizagem e Fortalecimento	Fortalecer a capacidade institucional do MINEDH e parceiros na EeE (OE4)	Número anual de horas de capacitações Planos produzidos para a preparação de emergência (armazenamento de materiais, formações sobre AP, RRD e EeE e gestão da informação) Número de panfletos e cartazes informativos sobre doenças pandémicas produzidos e distribuídos nas escolas e comunidades. Melhorado o sistema da gestão da reabilitação, construção e reconstrução através de adopção de tipologias escolares robustas e resilientes ligadas a indústria de materiais de construção nacional incluído o processo de monitoria do progresso na reabilitação e manutenção.	40 horas de capacitação institucional para todos os níveis por ano Número de planos produzidos e pessoais participando nas formações sobre AP, RRD e EeE e gestão da informação 100% das escolas com material sobre doenças pandémicas e distanciamento físico. 100% de parceiros e directores e CE nas áreas afectadas sob liderança de DIEE/UCE ser formados sobre os padrões de resiliência	Realização de cursos de certificação para o pessoal chave do sector; Formar os oficiais do MINEDH, DPE, SDEJT, parceiros e sociedade civil e professores na área de AP, RRD e EeE Produção e distribuição de materiais sobre determinadas doenças pandémicas e distanciamento físico. Sob liderança de DIEE/UCE orientar e formar os parceiros, directores e CE sobre reabilitação, (re)construção resiliente

Dimensão	Objectivos Estratégicos	Indicador de Desempenho	Meta do Indicador	Iniciativas
		Número de formações sobre os padrões de resiliência organizadas pela DIEE e parceiros	Relatórios trimestrais nas áreas afectadas	Formar o pessoal de ONGs, UCEE e empresas locais em construção resiliente
		Resumos mensais produzidos pelo DIEE sobre o progresso na reabilitação, (re)construção e manutenção	Resumos trimestrais produzidos	Produzir os resumos de monitoria e distribuir a todos os parceiros
		Número de escolas, salas de aula reabilitadas na base de padrões de resiliência	100% de escolas e salas de aulas reabilitadas selecionadas para a reabilitação,	Advogar e defender políticas de resiliência e construção resiliente
Financeira	Adopção de uma política de orçamentação das acções para a EeE (OE5)	Asegurar financiamento para o plano anual de contingência	100% do orçamento do plano anual de contingência ser financiado	Actualizar e adaptar o plano anual de contingência na base de experiências do ano passado e previsões mais actuais de tempo
		Continuação e aumento do apoio financeiro em relação ao ano anterior;	Aumentar em média 10% por ano o apoio financeiro	Advogar pelo aumento da dotação orçamental para EeE
		Planos anuais e operacionais de preparação, resposta, recuperação com orçamento concluído e fundos disponíveis.	Planos anuais operacionais e orçamentos confirmados.	Desenvolver planos anuais e operacionais de preparação, resposta e recuperação de emergências (incluindo actividades, prioridades e orçamento)

9. FOCO GEOGRÁFICO E GRUPO ALVO

O **foco geográfico** é todo o território nacional. O **grupo alvo** são todas as crianças e jovens dos 6 aos 18 anos e os professores e outros actores (como funcionários da educação ao nível nacional, provincial, distrital) e membros da comunidade envolvidos no sector da educação. Isso inclui educação primária (6-12 anos) e secundária (13-18 anos), e vocacional-profissional incluindo oportunidades alternativas de aprendizagem. Todos os programas de aprendizagem promovem a equidade e a inclusão.

Existiram no início ⁹ 34 organizações activas na EeE na área afectada pelo Idai e 14 organizações na área afectada pelo Kenneth Agora, pelo menos 8 organizações ainda estão a continuar na fase de recuperação e trabalho de reabilitação destes ciclones Neste momento tem 13 organizações e 9 doadores activos na resposta a COVID 19.

10. MONITORIA E AVALIAÇÃO

a. Monitoria mensal de implementação de actividades

A monitoria mensal nas áreas afectadas pela uma equipa com delegados nacionais, provinciais e distrital e de ONGs e agências internacionais, irá permitir o MINEDH e o GCEeE obter informações actualizadas referentes a:

1. Necessidades actuais (dados de avaliação do MINEDH, DPEDH, SDEJT, parceiro);
2. Tipo e localização das actividades dos parceiros;
3. Metas e resultados alcançados por actividades de MINEDH e parceiros.

Os parceiros deverão usar o questionário de 5Ws (5 questões: o quê, por que, onde, quando, para quem?), desenvolvido pelo GCEeE para a colecta de informação e todas as actividades reportadas devem aderir estritamente aos padrões do quadro de preparação, resposta e recuperação¹⁰. Cada organização envolvida na resposta ou recuperação de emergência deve enviar a informação uma vez por mês (uma semana antes do fim de mês) ao Gestor Nacional de Informação de GCEeE e a pessoa designada pelo MINEDH. O gestor da informação produzirá um resumo mensal da informação sobre o impacto do trabalho feito nas áreas afectadas. Depois a aprovação pelo MINEDH as informações serão partilhadas com todos os membros de GCEeE.

b. Gestão da informação e integração no SIGE de MINEDH

Toda a recolha de dados escolares deve usar os códigos oficiais da escola emanados no SIGE, de modo a permitir uma integração perfeita com os dados do MINEDH. O GCEeE também monitora o financiamento recebido até a data e os défices financeiros para cobrir um conjunto de estratégias e actividades priorizadas para a preparação, resposta e recuperação antecipada.

c. Recolha de dados em tempo real

O GCEeE e a equipa para a resposta a COVID 19, irá capacitar o MINEDH para estabelecer um sistema de recolha de dados na base de tempo real para que a informação seja disponível com mais rapidez e dar oportunidade ao MINEDH tomar decisões estratégicas sobre a revisão de estratégias e actividades na resposta a e recuperação de emergências. Vão ser organizadas reuniões regulares de grupo tecnico de monitoria e avaliação para a resposta e recuperação da COVID 19 e ciclones e formações na gestão de dados no tempo real através sistemas online, chamadas telefónicas, SMS, whatsapp etc.

⁹ Dados de Julho 2020

¹⁰ Estes padrões são confirmados pelo governo, por exemplo os critérios da construção resiliente, o conteúdo do pacote de higiene para as raparigas ou pacote da limpeza para as escolas para uma reabertura segura etc.

d. Visitas conjuntas trimestrais de monitoria

O GCEeE irá reportar os resultados e o impacto da preparação, resposta e recuperação da emergência, e reportar se as normas acordadas para a reabilitação, construção e treinamentos foram observadas, bem como se as actividades foram entregues com qualidade. Para aprofundar o conhecimento sobre os resultados, a qualidade e o impacto, o MINEDH organizará visitas conjuntas e trimestrais de monitoria com os parceiros para a verificação de dados. Equipas constituídas por delegados do MINEDH, DPE e SDEJT e parceiros visitarão locais diferentes onde as actividades de EeE forem implementadas.

e. Avaliação

A avaliação final do impacto da preparação, resposta e recuperação da emergência será feita por uma equipa global de EeE anualmente. As recomendações do relatório deverão ser utilizadas na programação de preparações, respostas e processo de recuperação dos anos seguintes.

11. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

Os assuntos transversais destacados nesta estratégia visam garantir o equilíbrio e equidade de género, protecção à criança, inclusão de pessoas com deficiências e protecção ao ambiente.

a. Género

Todos os aspectos associados à igualdade e equidade do Género estarão alinhados e implementados em conformidade com a Política de Género do Governo de Moçambique assim como a Estratégia de Género do sector da Educação 2016 – 2020.

b. Protecção à Criança

Todos os aspectos relativos a Protecção à Criança serão alinhados e implementados em conformidade com as Políticas aprovadas pelo Governo de Moçambique.

c. Pessoas com deficiências

A Estratégia e sua Política de Implementação vão observar todas as Políticas, normas e procedimentos de salvaguarda e inclusão de pessoas vivendo com deficiências, assegurando-lhes a protecção e o acesso prioritário à educação.

d. Ambiente

Todos os regulamentos, normas e procedimentos associados ao meio ambiente serão alinhados e implementados em conformidade com as Políticas aprovadas pelo Governo de Moçambique. Todas as actividades deve incluir os princípios como por exemplo construção resiliente, gestão de resíduos, gestão de recursos sobretudo o consumo responsável de água, saneamento sustentável, adequação da localização das infraestruturas escolares em função das zonas de riscos e ordenamento do território.

e. Envolvimento activo de beneficiários

Um princípio importante é o envolvimento activo de beneficiários, tanto quanto possível em todas as fases, desde o desenho do projeto, implementação, monitoria e avaliações. É extremamente importante ouvir regularmente as opiniões dos beneficiários mesmos como PIDs, pais, professores e crianças sobre os nossos serviços; estão satisfeitos, ou não, precisam de mais alguma coisa ou de outros serviços de educação mais alinhados às suas primeiras necessidades? É também possível consultar as crianças como grupo-alvo principal e ouvir sobre as suas necessidades.

12. PAPEIS E RESPONSABILIDADES

Reconhecendo a importância de sinergias resultantes da complementaridade de esforços, importa definir o papel e as responsabilidades de cada um dos grupos chave de interesse pela educação em emergência.

a. Governo

O Governo de Moçambique através do MINEDH irá garantir o sucesso na coordenação e implementação da presente estratégia, definindo elevados padrões de qualidade, assegurando uma monitoria efectiva, avaliação periódica e prestação de contas. Caberá também ao Governo garantir cabimentos orçamentais anuais adequados para materialização de iniciativas estratégicas. O MINEDH irá também fazer a coordenação com outras instituições relevantes do Governo.

b. Doadores

Os parceiros de cooperação internacional e outros doadores continuarão a desempenhar um papel preponderante no apoio financeiro assegurando (parte dos) os recursos necessários e apoiando tecnicamente a implementação da estratégia, visando garantir bons resultados. Os doadores e os ONGs apoiam MINEDH na coordenação na resposta e recuperação de emergências através do GCEeE e os grupos existentes de trabalho em MINEDH. No sector de educação ao nível global e nacional existe um Memorando de Entendimento entre Save the Children e UNICEF ser responsáveis para apoiar os ministérios de educação na preparação, resposta e recuperação de emergências.

c. Sector Privado

O sector privado deverá contribuir para o aumento do investimento no sector da educação em emergência e assegurar o alinhamento aos padrões estabelecidos pelo MINEDH. Caberá ao sector privado evitar e mitigar o impacto ambiental pernicioso para o bem-estar da criança e das comunidades. A responsabilidade social corporativa deve contribuir para melhoria das condições de ensino e aprendizagem e transformação social.

d. Organizações Não Governamentais

As ONGs nacionais e internacionais devem complementar os planos do MINEDH, participando nos processos conjuntos de planificação, coordenação, implementação, monitoria e avaliação em EeE. Devem garantir o alinhamento das intervenções aos Planos e Programas do Governo, assegurando elevados níveis de eficácia, eficiência e prestação de contas.

e. Encarregados de Educação e Comunidades

Os encarregados de educação e as comunidades deverão participar activamente através dos CE, contribuindo para a melhoria do ensino e aprendizagem e tomadas de decisão para o aumento do bem-estar da criança. Os encarregados de educação deverão incentivar as crianças para a aprendizagem contínua, inculcando valores de cidadania e cívico-morais.

13. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

13.1 Estrutura de Coordenação

A resposta humanitária em Moçambique é liderada e coordenada pelo Governo, através do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), que através de mecanismos instituídos coordena as acções de emergências. Dependendo da magnitude dos desastres e da aprovação da Declaração de Emergência pelo Conselho de Ministros, o INGD passa a rever o apoio da Equipa Humanitária do País (EHP) composta por agências da ONU, ONGs internacionais, representantes da Cruz Vermelha e doadores. A nível operacional, a EHP é apoiada por um Grupo Intersectorial de Coordenação (GIC) que, por seu turno, é representado por sectores (Grupos de Coordenação) diferentes, tais como Abrigo, Educação, Saúde, Água, Higiene e Saneamento, etc.

Na sequência dos dois ciclones nomeadamente o Idai e o Kenneth que assolaram o país, o MINEDH formou em 2019, um Grupo da Coordenação de EeE (GCEeE) constituída por organizações multilaterais e ONGs nacionais e internacionais que continuará a funcionar na fase de recuperação pós-ciclones. O GCEeE possui a capacidade de aumentar a frequência da sua actuação em casos de ocorrência de múltiplas emergências, dando continuidade ao apoio na coordenação liderada pelo MINEDH nas fases de preparação, resposta e recuperação de qualquer emergência.

O GCEeE é presidido pela Direcção de Assuntos Transversais (DAT) do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e apoiado pelo UNICEF e a Save the Children. .intervenções dos parceiros para responder rápida e eficazmente ao desastre. A S. Excia Ministra ordenou também que todas as escolas fossem encerradas antes da chegada do IDAI nos dias 14-15 de Março. Com a Declaração do Estado de Emergência do dia 30 de março 2020 devido ao surto do COVID - 19 o GCEeE continuou as suas actividades de coordenação junto aos parceiros do sector da educação para oferecer maior suporte ao MINEDH fazer face a essa emergência e garantir uma resposta coordenada e ordeira da pandemia causada pelo novo corona vírus. Os doadores estabeleceram uma Equipa de Coordenação para a Resposta a COVID 19 que reúne representantes do doadores, ONU, GCEeE e sociedade civil na resposta a COVID.. A liderança pelos parceiros estava com a UNICEF. Agora, os pontos focais deste grupo são integrados nos grupos existentes de trabalho em MINEDH. O GCEeE prossegue o seu trabalho dando atenção especial a realização da Estratégia de longo prazo para a Preparação, Resposta e Recuperação da Emergência no sector da educação para o período 2020-2029.

13.2 Frequência de Encontros de Coordenação

A frequência de encontros é decidida pelo MINEDH, mas normalmente, o GCEeE reúne semanalmente quando uma emergência acontece e 2 vezes por mês nas fases de recuperação e mensalmente nas fases de preparação quando todas as implicações de emergências anteriores ser resolvidos. O GCEeE é coordenado a nível nacional e regional ou provincial pelos pontos focais nacionais e provinciais de EeE sob coordenação de DAT e assistido por representantes das Direcções relevantes (DIPLAC, DINEP, DINES, DNFP, DNGGQ, DIEE/UCEE, DNUSE) e representantes de parceiros nacionais e internacionais. O GCEeE assegura também a coordenação com outros grupos específicos de outros sectores, em particular com ASH, Saúde, Segurança alimentar, Protecção à Criança e Abrigo. Durante as emergências e na qualidade de uma unidade central de coordenação em parceria com o Governo, o GCEeE desenvolve e mantém relações com o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (GNUCAH), o Grupo Intersectorial de Coordenação-GIC e o Grupo Global de Coordenação de EeE.

Dependendo das características e localização do desastre entram em vigor acordos de coordenação a nível nacional em Maputo, e através de outros centros de coordenação activados pelo Governo aos níveis Provincial e Distrital. O mecanismo de coordenação é adaptado à necessidade, na medida em que os recursos disponíveis permitirem.

Os parceiros no desenvolvimento da educação reúnem-se através do Grupo Local de Educação de Moçambique (GLE) para apoiar os esforços do Governo, de modo a permitir um diálogo político coordenado, planeamento harmonizado, implementação e monitoria de PEE, 2020-2029. O GLE tem a responsabilidade de nomear um ponto focal para fins de partilha de informação e alinhamento estratégico dentro do GCEeE.

14. ALINHAMENTO

Devem ser rigorosamente observados os seguintes aspectos relacionados ao alinhamento de princípios na coordenação da preparação, resposta e recuperação:

a. Abrigo de emergência e ASH (Água, Saneamento e Higiene)

Na primeira fase de resposta, o Governo lidera a coordenação do apoio inter-sectorial para preparar as escolas para o retorno as aulas em condições seguras e com saneamento apropriado. Considerando a natureza da emergência, cada espaço de aprendizagem deve atender aos padrões estipulados no plano estratégico em termos de fornecimento de instalações de ASH sensíveis ao género. Isso inclui latrinas apropriadas para meninas e meninos e o fornecimento de água em quantidade suficiente. Caberá o GCEeE trabalhar com o Grupo de ASH, para fornecer instalações adequadas a todos os espaços de aprendizagem. Tanto o GCEeE como o Grupo de ASH, trabalharão na promoção da higiene e fornecimento de materiais de higiene e saneamento.

b. Segurança alimentar e nutricional

Na fase de preparação assegurar o armazenamento e a conservação dos alimentos, água para beber e outros em locais seguros.

Na fase de resposta imediata e no início da recuperação, o MINEDH poderá considerar a implementação de programas de alimentação escolar nas escolas mais afectadas como uma das medidas eficazes para atrair as crianças de volta à escola. Contudo, os detalhes sobre cobertura geográfica, duração e modalidade (alimentação quente ou seca, etc.) deverão ser discutidos e acordados com o MINEDH. A alimentação escolar poderá actuar como um reforço para a frequência escolar, garantindo nutrientes adequados para as crianças afectadas.

c. Saúde e Higiene

Em todas as fases e actividades de EeE deve-se tomar em consideração os riscos de saúde para as crianças e professores que afluem às salas de aula ocupadas pelos deslocados internos ou afluem as escolas que não tem acesso a água potável e segura. Em geral, todas as infraestruturas escolares existentes e danificadas devem, em primeiro lugar, passar por uma avaliação, para determinar se são limpas e seguras para as crianças e professores retomarem as aulas. O mesmo aplica-se para reparações e reabilitações que em conformidade com as normas do MINEDH, devem garantir os padrões de segurança e resiliência. No treinamento de professores, crianças e pais na preparação, resposta e recuperação de emergência é fundamental consciencializar os parceiros, professores, empreiteiros locais e membros da comunidade sobre os princípios básicos e práticas de higiene e prevenção de doenças infecciosas.

d. Protecção à criança

Na fase de preparação continuar com as orientações de professores e pessoal da DPE e SDEJT sobre a Violência Contra as Crianças (VCC), Violência baseada no Género (VBG) e Prevenção de Exploração e Abuso Sexual (PEAS).

Em todas as fases de emergência, o GCEeE e o MINEDH trabalharão em estreita colaboração com as autoridades responsáveis e organizações activas na Protecção à Criança, para garantir uma programação integrada e harmonizada. Os parceiros garantirão que os professores recebam treinamento sobre componentes essenciais de protecção à criança, incluindo a identificação de sinais de trauma e necessidade de apoio psicossocial, o risco de VBG e casamento prematuro. Além disso, as escolas e os CE estabelecerão mecanismos de referência de protecção à criança, garantindo que todas as crianças vulneráveis recebam apoio adequado e possam continuar a estudar em salas de aula seguras e adequadas à aprendizagem.

e. Assistência monetária e Senhas “Voucher”

Na fase de resposta imediata e da recuperação inicial, a aplicação do sistema de distribuição de dinheiro ou transferência de *vouchers* para as áreas e pessoas mais afectadas devem ser discutidos com o MINEDH. Caberá ao MINEDH decidir sobre a sua aplicação.

f. Prevenção contra Exploração e Abuso Sexual (PEAS)

O GCEeE e o MINEDH são guiados pela salvaguarda interna da criança e pela PEAS. O GCEeE interage com o grupo de trabalho da PEAS ou quando não existe trabalha na base dos seus princípios com o fim de impedir que crianças e pessoas afectadas sejam abusadas (por causa de género, idade, idioma, razões culturais hierarquia, medo de retaliação etc.).

g. Inclusão de Pessoas com Deficiência

Todas as acções em todas as fases devem priorizar a atenção e inclusão de pessoas com deficiência conforme o exigido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência especialmente o artigo décimo

primeiro (11º). Os actores devem garantir a protecção e participação activa das pessoas com deficiência e os grupos, organizações e instituições públicas e privadas que os representam. As pessoas com deficiência devem ser auscultadas e as suas necessidades tomadas em consideração durante o desenho das acções assim como nos processos de implementação, monitoria e avaliação das actividades.

15. ANEXOS

15.1. Plano Operacional Anual 2021 e Orçamento

15.2. Especificações técnicas e custos